



**ACÓRDÃO Nº2102/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11068/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Amaturá.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Orlandino Torquato de Araujo (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Amanda dos Santos Neves Gortari - OAB/AM 17302.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI/DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6714/2022-DIMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Amaturá. Exercício de 2020.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anuais do **Sr.Orlandino Torquato de Araujo**, Vereador-Presidente da Câmara Municipal de Amaturá, no curso do exercício 2020;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Orlandino Torquato de Araujo** no valor de **R\$ 13.654,39 (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos)**, com base no art.54, inciso VI, da Lei 2.423/96 e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no relatório voto, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do



**ACÓRDÃO Nº2102/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Considerar em Alcançe ao Sr. Orlandino Torquato de Araujo** no valor de **R\$ 54.610,00 (cinquenta e quatro mil, seiscentos e dez reais)**, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, mencionado no relatório voto, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Amaturá;
- 10.4. Considerar em Alcançe ao Sr. Orlandino Torquato de Araujo** no valor de **R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais)** e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, mencionado no relatório voto, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Amaturá;
- 10.5. Dar ciência ao Sr. Orlandino Torquato de Araujo**, Vereador-Presidente da Câmara Municipal de Amaturá e demais interessados, desta decisão.
- 10.6. Arquivar** o processo por cumprimento de decisão.

**11- Ata:** 35ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 10 de Outubro de 2023

**13- Especificação do quórum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral